



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO  
CNPJ: 17.710.476/0001-19

DECRETO Nº 13, DE 26 DE MARÇO DE 2020.

*Dispõe sobre as medidas para enfrentamento de emergência na saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (novo coronavírus), no âmbito do Município de Santo Antônio do Aventureiro/MG e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 13.979/2020, Decretos Estadual de Minas Gerais e considerando a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública declarada através do Decreto nº 10, de 16 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adoção de medidas, a fim de se evitar a proliferação dessa doença em nosso município;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 113, de 12 de março de 2020 que declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Estado de Minas Gerais em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, devido a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

**CONSIDERANDO** que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus (COVID-19) como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

**CONSIDERANDO** que a adoção extrema de hábitos de higiene básicos, às redes de atendimento em saúde, aliado à ampliação de aquisição de equipamentos e medicamentos, necessários para o tratamento e controle significativo da disseminação do potencial contágio;

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Santo Antônio do Aventureiro;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO  
CNPJ: 17.710.476/0001-19**

**CONSIDERANDO** a Deliberação do Comitê Extraordinário do Estado de Minas Gerais - COVID-19, Deliberação Nº 17, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado de Minas Gerais.

**CONSIDERANDO** a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública declarada através do Decreto Municipal nº. 10, de 16 de março de 2020;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica determinada, de IMEDIATO, a suspensão por tempo indeterminado do expediente de todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, no âmbito do Município de Santo Antônio do Aventureiro:

- I - O disposto no caput deste não se aplica aos servidores municipais das Secretarias de Saúde;
- II - Caberá aos Secretários Municipais, caso necessário, estabelecerem, em seu setor, escala de trabalho diferenciado ou diminuição da jornada ou dispensa ou ainda solicitar de alguns servidores a realização do serviço “home office”, com vistas à manutenção de serviços essenciais e especiais e atendimento à população.
- III - Os servidores públicos municipais que tiverem suas atividades temporariamente suspensas, na forma do *caput* deste artigo, caso necessário, poderão ser remanejados ou convocados para outras atividades, inclusive diversas das suas funções originais, para atender o enfrentamento da emergência de saúde pública.
- IV - Os servidores públicos, suspensos ou não, deverão permanecer em disponibilidade no período de horário comum da Prefeitura, atendendo ao telefone e e-mail, quando necessário, sob pena de responder processo administrativo interno.
- V - Os servidores públicos em cargo comissionado deverão estar disponíveis 24h (vinte e quatro horas), atendendo aos telefones e e-mail, quando necessário, sob pena de responder processo administrativo interno.

Art. 2º. Ficam suspensos todos os prazos, licitações e requerimentos administrativos, protocolados na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro, por tempo indeterminado.

Parágrafo Único: Excluem-se da suspensão os processos necessários ao enfrentamento do atendimento da demanda emergencial, mitigando-se os requisitos nos processos de compra nos termos artigo 4º da Lei Federal 13.979/2020.

Art. 3º. O atendimento ao público SOMENTE *será por telefones ou pelos canais de atendimento via web, através do site [www.pmsaa.mg.gov.br](http://www.pmsaa.mg.gov.br)* e emails das respectivas secretarias.

Art. 4º. A Prefeitura Municipal manterá no seu sítio eletrônico informações complementares, visando ao esclarecimento da população acerca da pandemia do coronavírus, inclusive sobre as ações a serem adotadas em razão do Plano Regional de Contingência e deliberações do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO  
CNPJ: 17.710.476/0001-19**

Comitê Municipal para Enfrentamento, Prevenção e Acompanhamento da Ameaça do Coronavírus (COVID-19).

Art. 5º. Fica SUSPENSO por tempo indeterminado, suspendendo os Alvarás de Localização e Funcionamento emitidos para realização de atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, com circulação ou potencial aglomeração de pessoas, em especial:

I – Festas, eventos públicos e privados de qualquer natureza, em locais fechados ou abertos, com aglomeração de no máximo 10 (dez) pessoas;

II – Atividades em qualquer tipo de feiras em geral, inclusive feiras livres;

III – Estabelecimentos comerciais de qualquer natureza que se configurem como lojas de ruas e similares e etc);

IV – Bares, restaurantes, lanchonetes e similares, inclusive os pontos de paradas ou postos de combustíveis, nas rodovias, situados na área territorial do Município de Santo Antônio do Aventureiro/MG;

V – Clubes, academias de ginástica em geral, boates, danceterias, salões de festas, teatros e casas de espetáculos;

VI – Museus, bibliotecas e centros culturais;

VII – *Clubes de recreação e similares, piscinas e atividades de lazer em geral.* Campos de futebol, quadra de tênis, vôlei, futsal ou qualquer tipo de esporte, público ou particular;

VIII – Salões de beleza, barbearias, cabeleireiros ou atividades correlatas;

IX – Lojas e revendas de veículos, lojas de som e similares ou atividades correlatas;

X – O recebimento de hóspedes (check-in) nos hotéis, pousadas, pensões, motéis, hospedagens por aplicativo, a exemplo do airbnb, e estabelecimentos congêneres;

XI – Acesso a parques, praças e demais logradouros públicos, sendo expressamente proibida a aglomeração de pessoas nesses locais que supere a quantidade de 05 (cinco) pessoas, devendo as pessoas, em qualquer caso, respeitarem a distância mínima de 02 (dois) metros umas das outras;

XII – As atividades educacionais em todas as creches, escolas, universidades e faculdades, da rede de ensino, pública e privada, no município de Santo Antônio do Aventureiro/MG;

XIII – Consultórios médicos, Clínicas de atendimento odontológico, veterinário, fisioterapia, clínicas de estética e atividades correlatas, ressaltados plantões e casos de urgência;

XIV – Laboratórios de análises clínicas (em escala de trabalho para atendimento das demandas de urgência e emergência);

XV – Escritórios e consultórios de Profissionais liberais em geral, imobiliárias, corretoras em geral e atividades correlatas;

XVI – Eventos e atividades que reúnam público, tais como: shows, igrejas, bem como, todos os locais utilizados para reuniões diversas e cultos religiosos e crenças em geral.

§1º- A suspensão de que trata o caput não se aplicam:

a) Às atividades de operacionalização interna dos estabelecimentos comerciais, desde que respeitadas às regras sanitárias e de distanciamento adequado entre os funcionários;

b) À realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares;

c) Aos serviços de tele entrega de mercadorias em domicílio.

d) Aos hóspedes com check-in realizado até o dia 26 de março de 2020 poderão se manter na hospedagem até o fim do período contratado, não sendo permitida a renovação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO  
CNPJ: 17.710.476/0001-19**

Artigo 6º. Estão autorizados a funcionar:

I - Mercados, supermercados, mercearias, padarias, açougues, hortifrútiis;

II - Farmácias, drogarias;

III - Postos de combustíveis;

IV - Distribuidoras de água e gás;

V - Veterinárias; e;

VI - *Agências, correspondentes, instituições bancárias, lotéricas e similares, poderão realizar atendimentos presencial, desde que obedecidas às instruções no FEBRABAN.*

Parágrafo Único: Os estabelecimentos referidos deverão:

a) restringir o número de 5 (cinco) clientes para evitar aglomerações, respeitando preferencialmente a distância de segurança indicada de 02 (dois) metros entre os clientes, bem como na área externa – na espera pelo atendimento;

b) priorizar o atendimento por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares, os serviços de tele entrega de mercadorias em domicílio.

c) fornecer aos funcionários locais para lavar as mãos com água e sabão constantemente; e,

d) se possível, fornecer máscaras, luvas e álcool em gel (70%);

e) evitar aglomerações;

f) zelar pela limpeza de áreas de uso comum.

g) buscar ao máximo a possibilidade de trabalho Home Office, com o intuito de prevenção da saúde do seu colaborador/trabalhador.

Art. 7º. Fica determinada a instituição imediata de controle de acesso de todas as entradas (pavimentadas ou não, principais ou acessórias) da cidade, ficando controlada, através de barreiras sanitárias, a entrada de pessoas e mercadorias, independente dos meios de transporte.

§ 1º – em caso de suspeita de contaminação de alguma ingressante na cidade, deverá a pessoa ser encaminhada diretamente ao Centro de Saúde Walmir Stambassi;

§ 2º – para garantia do cumprimento da barreira deverá ser solicitada força policial, civil ou militar, bem como a Defesa Civil, Vigilância Sanitária, agentes de endemias e outros órgãos ou servidores, ficando autorizado, barreiras físicas nos locais;

§ 3º – os ingressantes deverão informar qual é o local de origem e de destino nesta cidade, devendo de imediato ser colocado em quarentena de 14 dias, conforme determinação do Ministério da Saúde, devendo preencher obrigatoriamente os termos do Anexo I desse Decreto;

§ 4º – fica totalmente vedado o ingresso de ônibus, vindos de outras cidades, independente do Estado;

§ 5º – caso a fiscalização ou polícia encontrem algum ônibus de transporte intermunicipal ou interestadual circulando no interior do Município deverá realizar a apreensão do mesmo.

Art. 8º. O serviço de velório ficará limitado à duração máxima de 02 (duas) horas de duração e no máximo 10 (dez) pessoas dentro das salas e no ato do sepultamento.

Parágrafo Único: Deve-se respeitar, preferencialmente, a distância de segurança indicada pelos órgãos técnicos de 2 metros entre as pessoas, bem como, na área externa.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO  
CNPJ: 17.710.476/0001-19**

Art. 9º. Fica autorizada a transferência, caso necessário, por tempo indeterminado, de servidores públicos de outras secretarias municipais para atender a Secretaria Municipal de Saúde para fins de contribuição, ajuda e prevenção do novo coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único: Deverá a secretaria de saúde solicitar os servidores públicos ao secretário onde o mesmo esteja vinculado, devendo ser informado imediatamente ao setor de RH, para proceder sua transferência.

Art. 10. Fica autorizada a contratação temporária, se necessário, de profissionais da área de saúde, observando-se o limite de gasto com pessoal.

§1º- As contratações deverão ter a duração de 06 (seis) meses renováveis por igual período ou enquanto perdurar o estado de emergência se inferior a esse tempo;

§2º - Ultrapassado o período previsto no parágrafo anterior e persistindo a necessidade e o estado de exceção, novas contratações poderão ser realizadas;

Art.11. Fica suspenso o recebimento de hóspedes (check-in) nos hotéis, pousadas, pensões, motéis, hospedagens por aplicativo, a exemplo do airbnb, e estabelecimentos congêneres. Porém, os hóspedes com check-in realizado até o dia 23 de março de 2020 poderão se manter na hospedagem até o fim do período contratado, não sendo permitida a renovação.

Art. 12. Ficam restritos e impedidos de entrar e/ou de circular nas ruas do Município de Santo Antônio do Aventureiro, a partir do dia 23 de março de 2020, vans e ônibus de turismo e ônibus de linhas intermunicipais e/ou interestaduais.

Parágrafo único. Ficam também impedidos de circular nas ruas do Município de Santo Antônio do Aventureiro veículos de comércio ambulante de qualquer natureza.

Art. 13. A fiscalização quanto ao cumprimento das medidas determinadas neste Decreto ficará a cargo da fiscalização municipal, com a colaboração irrestrita dos órgãos de segurança pública local, especialmente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 14. O descumprimento das imposições previstas nesse Decreto constitui conduta punível com advertência.

§1º- Fica desde já autorizada a Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Vigilância Sanitária a determinar a realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinações ou tratamentos médicos específicos, isolamento e quarentena compulsórios, observados os preceitos da Lei Federal 13.979/2020.

§2º- As medidas previstas no parágrafo anterior serão executadas com o apoio das polícias civil e militar para fins de efetivação, sobretudo, da quarentena, de forma compulsória.

Art. 15. A desobediência ou descumprimento das medidas insertas neste Decreto poderá sujeitar, ainda, os infratores às sanções penais previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, se o fato não constituir crime mais grave, conforme previsto no artigo 5º da Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, do Governo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO  
CNPJ: 17.710.476/0001-19**

Federal, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 16. As medidas previstas neste Decreto, poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 17. Este decreto entra em vigor imediatamente, devendo ser publicado amplamente nos meios sociais, mídias locais e posterior publicação na próxima edição do diário Oficial, ampliando as disposições anteriormente previstas e revogando somente as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE



*Paulo Roberto Pires*

*Prefeito do Município de Santo Antônio do Aventureiro - MG*